



**FACULDADE TRÊS MARIAS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA, INSTITUCIONAL E HOSPITALAR**

LINZABELLY GONZAGA FERREIRA DE SOUZA

**CONCEPÇÃO DOS PAIS A RESPEITO DA INCLUSÃO
EDUCACIONAL DE ESCOLARES COM TRANSTORNOS DE
LINGUAGEM E APRENDIZAGEM**

JOÃO PESSOA-PB

2020



LINZABELLY GONZAGA FERREIRA DE SOUZA

**CONCEPÇÃO DOS PAIS ACERCA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL
DE ESCOLARES COM TRANSTORNOS DE LINGUAGEM E
APRENDIZAGEM**

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de curso do Curso de Pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar, da Faculdade Três Marias.

Orientador: Prof. Ms. Filipe Santos.

JOÃO PESSOA-PB

2020

Linzabelly Gonzaga Ferreira de Souza

**CONCEPÇÃO DOS PAIS ACERCA DA INCLUSÃO
EDUCACIONAL DE ESCOLARES COM TRANSTORNOS DE
LINGUAGEM E APRENDIZAGEM**

Trabalho apresentado a Faculdade Três Marias do Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar, como requisito avaliativo de conclusão do curso.

RESULTADO: _____

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Membro da Comissão de TCC
(Avaliador)

CONCEPÇÃO DOS PAIS A RESPEITO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESCOLARES COM TRANSTORNOS DE LINGUAGEM E APRENDIZAGEM

Linzabelly Gonzaga Ferreira de Souza¹

RESUMO: A inclusão de pessoas com necessidade educacionais vem ganhando cada vez mais espaço, abrindo caminhos para que essas pessoas possam participar de forma efetiva das atividades e ter a garantia de seus direitos educacionais. Desse modo, é crucial compreender o processo de inclusão escolar desses sujeitos, para que essas informações possam ajudar no processo terapêutico e no envolvimento da equipe interdisciplinar. O presente estudo tem como objetivo analisar a concepção dos pais acerca da inclusão educacional de escolares com Transtornos da Comunicação e Específicos da Aprendizagem. Este é um estudo do tipo transversal, quantitativo e qualitativo. A população foi composta por 11 pais de pessoas com dificuldade na linguagem e aprendizagem os quais responderam a um questionário sobre o processo de inclusão educacional dos filhos enquanto aguardavam seus filhos retornarem dos atendimentos de psicopedagogia, fonoaudiologia, psicologia ou terapia ocupacional. Os aspectos mais recorrentes que os responsáveis citaram no questionário de inclusão foi a necessidade de profissionais capacitados nas escolas, sendo que este foi apontado como a maior barreira para a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia; Inclusão educacional; Fonoaudiologia; Transtornos de aprendizagem; Transtornos de linguagem.

PARENT'S CONCEPTION REGARDING THE EDUCATIONAL INCLUSION OF SCHOOLS WITH LANGUAGE AND LEARNING DISORDERS

Linzabelly Gonzaga Ferreira de Souza¹

ABSTRACT: The inclusion of people with educational needs has been gaining more and more space, opening paths so that these people can participate effectively in activities and have the guarantee of their educational rights. Thus, it is crucial to understand the process of school inclusion of these subjects, so that this information can help in the therapeutic process and in the involvement of the interdisciplinary team. The present study aims to analyze the parents' conception of the educational inclusion of students with Communication and Specific Learning Disorders. This is a cross-sectional, quantitative and qualitative study. The population consisted of 11 parents of people with language and learning difficulties who answered a questionnaire about the educational inclusion process of their children while waiting for their children to return from psychopedagogy, speech therapy, psychology or occupational therapy. The most recurrent aspects that those responsible mentioned in the inclusion questionnaire was the need for trained professionals in schools, which was identified as the greatest barrier to inclusion.

KEYWORDS: Psychopedagogy; Educational inclusion; Speech therapy; Learning disorders; Language disorders.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008).

A educação inclusiva, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

O sistema de educação brasileiro tem passado por diversas transformações em prol de mudanças que proporcionam uma política inclusiva, que requer o esforço de todos os que fazem parte do conjunto escolar. É necessário que toda a comunidade educacional se envolva nesse contexto.

Contudo, é possível observar que, atualmente, algumas crianças e adolescentes ainda passam por dificuldades para se inserir em escolas, para participar de forma efetiva das atividades nesses ambientes e para ter a garantia de seus direitos educacionais. E um dos fatores que pode gerar essas dificuldades no processo de inclusão é a alteração na linguagem dos escolares, que afeta diretamente no processo de socialização e interação com os outros sujeitos.

As alterações de linguagem podem ser provocadas por transtornos do neurodesenvolvimento, que são um grupo de condições que iniciam na fase do desenvolvimento, geralmente antes da criança ir à escola, e são caracterizados por déficits no desenvolvimento que causam danos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Como exemplos dessas condições podem ser citadas: Deficiências Intelectuais, Transtornos de Comunicação, Transtornos do Espectro Autista, Transtornos Específicos da Aprendizagem, entre outros (DSM-V, 2014)

Pode-se encontrar na literatura nacional trabalhos dedicados a análise do processo de Inclusão de Escolares com Transtorno do Neurodesenvolvimento, como na Deficiência Intelectual (CECATO et al, 2012), na Síndrome de Down (LUIZ et al, 2012) e no Transtorno do Espectro Autista (LEMOS et al, 2016). Contudo, existe uma escassez

de estudos nessa temática nos Transtornos de Comunicação e nos Específicos da Aprendizagem.

Segundo o DSM-V (2014), os transtornos da comunicação são déficits na linguagem, na fala e na comunicação. A categoria diagnóstica dos transtornos da comunicação inclui: o Transtorno da Linguagem, Transtorno da Fala, Transtorno da Fluência com início na infância (gagueira) e o Transtorno da Comunicação Social (pragmática). Já o transtorno específico da aprendizagem é um transtorno do neurodesenvolvimento com uma origem biológica que é a base das anormalidades no nível cognitivo as quais são associadas com as manifestações comportamentais. A origem biológica inclui uma interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão. Ele inclui dificuldades na aprendizagem e no uso de habilidades acadêmicas, principalmente com prejuízos na leitura, na expressão escrita e na matemática (DSM V, 2014).

O psicopedagogo e o fonoaudiólogo são os profissionais importantes no processo de intervenção das condições supracitadas, visto que eles são capacitados para avaliar e estimular as habilidades linguísticas dos sujeitos, tanto na modalidade oral, quanto na escrita. E para que este profissional tenha uma atuação efetiva é interessante a realização de parcerias com a família e a escola. Desse modo, é crucial compreender o processo de inclusão escolar desses sujeitos, para que essas informações possam ajudar no processo terapêutico e no envolvimento da equipe interdisciplinar.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar a concepção dos pais acerca da inclusão educacional de escolares com Transtornos da Comunicação e Específicos da Aprendizagem.

2 MÉTODOS

Essa é uma pesquisa do tipo observacional, transversal, qualitativa e quantitativa, desenvolvida no setor de clínica de atendimento de fonoaudiologia (Policlínica do AMIP, Clínica São Roque, Clínica ISOMED e Espaço Nativa).

Participaram desse estudo 11 pais, sete do gênero masculino e quatro do gênero feminino, com diversas escolaridades: sendo um analfabeto, sete com segundo grau completo e três com segundo grau incompleto. Estes sujeitos acompanhavam oito meninas e três meninos com uma média de idade 13 anos e todas inseridas no ensino regular que realizavam atendimentos semanal nas clínicas de atendimento de Fonoaudiologia.

Os critérios de inclusão para participação no estudo foram: ser genitores de crianças ou adolescentes com hipótese diagnóstica Fonoaudiológica de Transtorno de Linguagem ou de Aprendizagem. Foram critérios de exclusão da pesquisa: não responder todas as questões do instrumento de pesquisa; ser pais de pacientes que não estavam inseridos no ensino regular.

A coleta de dados foi realizada na sala de espera, enquanto os genitores aguardavam os atendimentos dos seus acompanhantes. A priori, os participantes receberam explicações oral e por escrito acerca dos objetivos, dos procedimentos da pesquisa. Em seguida responderam a um questionário adaptado do estudo de Rabelo et al (2017). Nele continha sete questões, sendo quatro objetivas e três subjetivas, que abordavam os aspectos de inclusão escolar, as dificuldades da aprendizagem, a discriminação por suas dificuldades.

Após as coletas dos dados eles foram analisados colocados em uma planilha eletrônica; as questões quantitativas foram submetidas a análise estatística descritiva e as questões qualitativas foram organizadas em quadro e submetidas a análise do conteúdo, através do referencial que fundamenta este estudo.

3 RESULTADOS

A maioria dos pais relatou que os direitos dos seus filhos são respeitados nas escolas (n=9, 81,8%) e que a inclusão escolar nas instituições onde seus filhos estudam é praticada como manda a legislação (n=6, 54,5%) (Tabela 1).

Tabela 1. Concepção dos responsáveis sobre a inclusão educacional

QUESTÕES	RESPOSTAS			
	Sim	%	Não	%
Os direitos do (a) seu(ua) filho(a) são devidamente respeitados nas escolas?	9	81,8	2	18,2
De acordo com sua experiência a inclusão escolar é praticada como manda a lei nas escolas que seu filho está/esteve inserido?	6	54,5	4	36,4

Em seguida, os pais foram questionados se já enfrentaram algum tipo de discriminação ao tentar matricular seu filho em uma escola. A maioria (n=7, 63,6%) respondeu que não e quatro (36,4%) responderam que enfrentaram discriminação ao tentar matricular.

Aos participantes que responderam “sim”, foi solicitado que relatassem momentos em que observou essa discriminação pela escola (Quadro 1).

Quadro 1– Relato dos responsáveis sobre discriminação ao realizar matrícula escolar.

“As escolas particulares não aceitavam a matrícula em sua turma adequada.” (Participante 1).

“A escola colocou vários obstáculos para o ingresso escolar da mesma.” (Participante 2).

“Não queria matricular por ser especial.” (Participante 3).

“As escolas não estão preparadas para receber alunos com dificuldades de aprendizado e dizem que o problema é a criança, quando na verdade falta profissionais capacitados para educar. ” (Participante 4)

Os pais, então, foram questionados se seus filhos (as) já sofreram algum tipo de preconceito por parte de professores, direção da escola, alunos ou pais de alunos. Quatro participantes (36,4%) responderam que “sim” e sete (63,6%) indicaram que não passaram por preconceito.

Aos genitores que responderam “sim” na pergunta sobre o preconceito enfrentado na rede escolar, foi solicitado que relatassem momentos em que observaram essa situação ocorrer (Quadro 2).

Quadro 2- Relato dos responsáveis sobre o preconceito da rede escolar.

“A coordenadora da escola particular dificultava seu ingresso escolar. ” (Participante 1).

“Sofreu preconceito por não se comunicar com as outras crianças. ” (Participante 2).

“Professores não aceita que meu filho tem autismo e muitas vezes é excluído de trabalhos em grupos. ” (Participante 3).

“Preconceito por parte dos outros alunos por não conseguir acompanhar as matérias. ” (Participante 4).

A última pergunta do questionário solicitava que os Participantes discorressem sobre as principais barreiras que seus filhos enfrentavam dentro da escola. A maioria dos pais relatou que não enfrentava dificuldades, os que apresentaram barreiras indicaram aspectos relacionados aos profissionais da equipe escolar (Quadro 3).

Quadro 3 - Relato dos responsáveis sobre a maior barreira enfrentada na escola.

“Em realizar as atividades em sala de aula, por falta de ajuda dos professores. ” (Participante 1).

“Por meu filho ter deficiência mental não aceitaram ele em muitas escolas, pedindo que eu fosse até a FUNAD, porém maior barreira é a falta de profissionais capacitado. ” (Participante 2).

“Falta de preparação dos profissionais e a dificuldade de aceitar o problema do meu filho como se ele não fosse capaz. ” (Participante 3).

“Graças a Deus encontrei uma escola no qual tem normas a serem cumpridas, porém ainda tem muitos a evoluir começando pela capacitação profissional dos professores. ” (Participante 4).

“Devido a aprendizagem. ” (Participante 5).

“Na primeira escola que estava matriculado não tinha um acompanhante. ” (Participante 6).

“Falta de uma atenção maior aos outros com dificuldade” (Participante 7).

“Só devido a sua barreira física, mas sempre se relacionou muito bem com os colegas mesmo com sua dificuldade na fala.” (Participante 8).

“Dificuldade em acompanhar o raciocínio escolar. ” (Participante 9).

“A exclusão dos professores e dos alunos com o meu filho. ” (Participante 10).

4 DISCUSSÃO

As dificuldades de linguagem e aprendizagem provocam impactos no processo de escolarização. Pelos dados deste trabalho, pode-se observar que existe um movimento educacional para incluir as crianças e adolescentes pesquisados. Contudo, este ainda não ocorre de forma efetiva, o que pode ser verificado nos discursos de alguns participantes.

Observou-se durante a pesquisa que muitos dos pais ainda não se encontravam satisfeitos com a inclusão escolar de seus filhos, e relataram que ainda encontram dificuldades de inserção nas escolas regulares. Dentre os motivos indicaram: as dificuldades na linguagem e motoras dos seus filhos, a adaptação dos professores com seu filho, a falta de acompanhamento especializado em sala de aula e em outras atividades que venha possibilitar a participação efetiva da criança no ambiente escolar.

É importante que as crianças com transtornos de linguagem e aprendizagem, além de serem matriculados em escolas regulares, tenham seus direitos devidamente respeitados como: permanência na escola, à formação e qualificação dos professores, e promoção de currículo, métodos, recursos, organizações e infraestrutura adequadas para construir uma educação satisfatória (BARRETTA; CANAN, 2012).

Sabe-se que a resistência das escolas em receber alunos com dificuldades em geral se dá devido à falta de profissionais capacitados dentro da área da educação, pois na inclusão educacional torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática, torna-se essencial que os mesmos dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento dos estudos (SILVA, 2011).

Sem esquecer da necessidade dos professores serem orientados a partir de fundamentos teórico-práticos, para que possam modificar práticas e métodos de ensino, pois o professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, formando cidadãos para sociedade. Os professores precisam estar habilitados cada vez mais capacitados e qualificados para atuar de forma competente junto aos alunos, além da necessidade da escola manter uma boa estrutura e condições para o trabalho. Pois, todos tem o direito de ser acolhido no meio educacional, independentemente de suas condições físicas, intelectuais e sociais (MONTEIRO, 2001).

É necessário que a escola possa disponibilizar uma equipe multidisciplinar que envolva por exemplo, além de professores qualificados, fonoaudiólogo, psicólogos e psicopedagogo. Visto que esses profissionais podem contribuir para a promoção de saúde

e aprendizagem no ambiente escolar e para a prevenção de dificuldades que podem prejudicar o processo de ensino-aprendizagem, além de auxiliar no planejamento e formação pedagógica.

O fonoaudiólogo e o psicopedagogo em um ambiente educacional dispõem de um papel importante no âmbito escolar, pois tem muito a contribuir, não só para a criação de espaços coletivos de interação de saberes e práticas necessários a educação inclusiva, mas também para superação de barreiras comunicacionais e a articulação de ações integrais de saúde e educação da criança. Cabe, ainda, destacar outra capacidade profissional dos fonoaudiólogo e psicopedagogo nesse campo, que é o apoio para a construção e consolidação de relações de trabalho que favoreçam o reconhecimento das potencialidades de todos os atores presentes nos processos de inclusão: direção, professores, demais funcionários da escola, pais e filhos (CÁRNIO et al, 2012; LIMA et al, 2015).

Segundo Porto (2007, p. 92): “[pode-se] concluir que o campo da Psicopedagogia é a aprendizagem, e sua intervenção é preventiva e curativa, pois se dispõe a detectar problemas de aprendizagem e “resolvê-los”, além de preveni-los, evitando que surjam outros”. Percebe-se, assim, a importância do psicopedagogo dentro das instituições escolares, haja vista que sua experiência somada à dos demais profissionais de educação traz um olhar diferenciado e aprofundado em torno dos entraves que não permitem uma aprendizagem eficaz, ou ainda, percebem a forma diferenciada e não compreendida que muitos indivíduos têm de processar o conhecimento, levando-os a serem caracterizados como incapazes, são os professores ressaltando que, neste caso, incapazes são aqueles que não conseguem enxergar e respeitar o jeito único de cada ser. A Psicopedagogia chegou ao Brasil em uma época cujas dificuldades de aprendizagem eram associadas a uma disfunção neurológica denominada de disfunção cerebral mínima (DCM) que virou moda neste período, servindo para camuflar problemas sociopedagógicos (BOSSA, 2000, p. 48-49).

De acordo com a Resolução CFFa nº 387, 18 de setembro de 2010, cabe ao fonoaudiólogo desenvolver ações em parceria com os educadores. Podendo realizar o diagnóstico institucional, palestras, orientações, estudo de casos para posterior devolutiva aos pais, professores e equipes técnicas e ações que favoreçam as condições adequadas para o processo de ensino e aprendizagem.

É importante confrontar as práticas discriminatórias na educação o fonoaudiólogo, o psicopedagogo e o psicólogo são os profissionais capacitado que pode ser inserido nesse processo para possibilitar que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

O respeito a diferença permite conviver com a diversidade. Este é um processo que começa no espaço familiar e que se desdobra na escola, no meio social dentre outros ambientes que se devem mostrar o preconceito arraigado. Pois a discriminação e o preconceito ainda existem e isso mostra que é preciso enfrentar uma barreira, dia após dia, para que as crianças com transtornos da linguagem e aprendizagem possam ter a garantia de seus direitos (GOMES, 2012).

Por fim, convém salientar a necessidade de outras pesquisas nesse campo para se obter uma visão ampla do processo de inclusão de pessoas com transtorno na comunicação e dificuldade de aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar as concepções, expectativas e experiências dos pais de alunos com transtorno da linguagem e de aprendizagem em relação à inclusão educacional de seu filho, buscando sempre considerar e compreender a peculiaridade de cada um. Os principais resultados deste estudo apontam que a educação inclusiva foi vista pelos responsáveis sob diferentes enfoques.

A inclusão escolar pro esse público alvo ainda não está sendo efetiva, uns apresentam dificuldades que precisam ser vistas pela equipe escolar, vendo se é necessária uma adaptação curricular.

Observou-se que, os pais apresentavam dificuldade na inclusão escolar de seus filhos e que esta era mais observada em crianças com transtorno de linguagem. Foi relatada como barreira para a inclusão a falta de capacitação de profissionais, principalmente os professores. É importante que estes estejam abertos a novas experiências, a práticas educacionais inovadoras de modo que facilite o processo de aprendizagem desses alunos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992p.

BARRETTA, E.M.; CANAN, S.R. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir de documentos legais. **Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012.

BARROS, M.C.M.S.; BRITO, M.I.M.S.; GUEDES, J.T. Educação inclusiva: possibilidades e desafios. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 10, n. 1, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CÁRNIO, M.S.; et al. Escola em tempo de inclusão: ensino comum, educação especial e ação do Fonoaudiólogo. **Distúrbios Comunicação**, São Paulo, v.24, n.2, p. 249-56, 2012.

CECATO, J.F.; et al. Inclusão social de um paciente com déficit intelectual moderado por meio de repertório verbal. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 69-82, Dec. 2012 .

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Resolução Nº 387**, 18 de setembro de 2010. Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, alterar a redação do artigo 1º da Resolução CFFa nº 382/2010, e dá outras providências. Brasília; 2010.

GOMES, N.L. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, Sept. 2012 .

LEMOS, E.L.M.D.; et al. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 351-361, Sept. 2016 .

LIMA, I.L.B.; et al. Contribuições da realização do diagnóstico institucional para a atuação fonoaudiológica em escolas. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v.27, n.2, p. 213-224 junho, 2015.

LUIZ, F.M.R.; et al. Inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 649-658, Dec. 2012 .

MONTEIRO, A.M.F.C. Professores: entre saberes e práticas. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, p. 121-142, Abril/2001.

PORTO, O. **Bases da Psicopedagogia**: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

SILVA, M.R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva**. Monografia - Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.